



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005072-14.2014.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **ROSANA TEIXEIRA DE OLIVEIRA**
Requerido: **CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS.

ROSANA TEIXEIRA DE OLIVEIRA ajuizou a presente **AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM REQUERIMENTO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA** em face da **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL**, todos devidamente qualificados.

Aduziu a autora, em síntese: 1) que está em débito com a requerida por dificuldades financeiras, não podendo quitar a fatura com vencimento em 24/04/2014 no valor de R\$ 654,16; 2) que, atualmente, está pagando dois parcelamentos, ambos em dia; 3) que os valores cobrados são excessivamente altos e abusivos, incidindo, inclusive, sobre dívidas antigas e já parceladas; 4) que houve a suspensão no fornecimento de energia elétrica de sua residência. Pediu a tutela antecipada para ser restabelecido o fornecimento de energia elétrica e emissão de nova fatura, referente ao mês de 2014, excluindo quaisquer valores que não sejam decorrentes do consumo regular de energia e a procedência da ação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Com a inicial vieram os documentos de fls. 10/19.

Pelo despacho de fls. 20 foi deferida a antecipação da tutela para ser restabelecido o fornecimento de energia elétrica.

Citada (fls. 28), a requerida apresentou contestação a fls. 32 e ss. Sustentou que em casos de inadimplência, o bloqueio ou desligamento de energia elétrica é amparado por Lei (8987/95 e 9427/96 resolução 456/ANNEI/2000). Culminou por pedir a improcedência do pedido da autora.

As partes foram instadas a produção de provas. A requerida pediu o julgamento antecipado da lide (fls. 83) e a autora demonstrou desinteresse (fls. 87).

Pelo despacho de fls. 88, as partes foram convocadas para tentativa de conciliação que resultou negativa (fls. 112).

DECIDO, no estado em que se encontra a LIDE por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

A autora tem parcial razão.

Para fins de recuperação de consumo é perfeitamente lícito que a ré emita a respectiva fatura/conta.

O que não lhe é permitido é submeter o consumidor à interrupção do fornecimento, condicionando a reversão de tal circunstância ao pagamento daquele débito pretérito.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Nesse diapasão temos entendimento consolidado do STJ podendo ser citados à título de ilustração Ag Rg no Agravo em Recurso Especial nº 102.600 do RS.

Dos autos emerge como ponto incontroverso que, na conta impugnada, a ré está cobrando consumo e consectários do mês de abril de 2014, ou seja, débitos antigos não pagos.

Para obter o ressarcimento – que lhe é devido – deve lançar mão das vias próprias e não de coação.

Nessa linha de pensamento nos resta deliberar que o débito materializado na conta de fls. 11 justifica a cobrança, não sendo lícito à ré operar a interrupção do fornecimento de energia para (tentar) obter tal pagamento.

O referido documento vale como tal e, na via apropriada, a consumidora poderá questionar sua extensão e adequação ao que efetivamente ocorreu.

Assim, fica acolhido em parte o reclamo inaugural.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos conta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO INICIAL** para:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

a) **TORNAR DEFINITIVA** a tutela antecipada determinando que a energia no imóvel da autora permaneça sendo fornecida, não podendo ocorrer o "corte" por conta do débito materializado na fatura que segue a fls. 11.

b) **INDEFERIR** o pedido de emissão de nova fatura referente ao mês de abril de 2014.

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas do processo serão rateadas entre as partes que arcarão com os honorários de seus patronos, devendo ser observado quanto à autora o art. 12 da lei 1060/50.

P.R.I.

São Carlos, 21 de janeiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**